

O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO NA BACIA DO RIO RIACHÃO COMO PROCESSO DE CONFLITOS AMBIENTAIS¹

ADINEI ALMEIDA CRISÓSTOMO²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo / UNIMONTES
ADINEI_ALMEIDA@YAHOO.COM.BR

MÔNICA OLIVEIRA ALVES³

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo / UNIMONTES
MONICAELIT@HOTMAIL.COM

RÔMULO SOARES BARBOSA⁴

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo / UNIMONTES
ROMULOSOARESBARBOSA@GMAIL.COM

RESUMO

Os conflitos em torno do acesso e uso da água tem se configurado como um dos principais na região Norte de Minas Gerais. O objetivo principal deste trabalho é analisar o uso e ocupação do solo na bacia do Rio Riachão, que acarretou e ainda acarretam processos de disputas e conflitos ambientais pelo uso e acesso à água na região. Utiliza-se como metodologia do trabalho a pesquisa bibliográfica e documental, bem como técnicas de Sensoriamento Remoto, como a elaboração de mapas da bacia e análises de imagens georeferenciadas. Este é um conflito ambiental que envolve projetos distintos e opostos de uso, acesso e apropriação dos recursos ambientais e naturais. Através das pesquisas, leituras e dos estudos realizados vimos que os conflitos ambientais não acabam ou terminam, eles simplesmente se configuram, se apresentam e se expressam por novas formas e conjunturas, e assim se caracteriza o conflito na região da bacia do Rio Riachão.

Palavras-chaves: Rio Riachão; Disputas; Norte de Minas e Conflitos Ambientais.

¹ Tipo de trabalho: Iniciação Científica / Monografia.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo / Unimontes. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes; Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA – (CEPEX 122/2013) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco – OPARÁ – (CEPEX 096/2011).

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo / Unimontes. Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

⁴ Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ; Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes; Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA - (CEPEX 122/2013).

INTRODUÇÃO

O Norte de Minas Gerais foi, e ainda é, um campo considerado fértil para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao modelo que era proposto pelo Estado. No entanto, foi a partir da década de 1960, que o Estado começou a investir em grandes medidas desenvolvimentistas para o Norte de Minas Gerais, através da criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e das políticas da CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; que atingiam o âmbito agroindustrial de reflorestamento e irrigação. (PAULA, 2006).

Tais políticas desenvolvimentistas provocaram a modernização tecnológica na agricultura e na indústria e também aumento de serviços públicos; mas em contrapartida aumentou a concentração de terras – que favoreceu o desenvolvimento da pecuária bovina de corte juntamente com as atividades reflorestadoras – e os pequenos produtores, trabalhadores rurais e camponeses foram expulsos do campo. (PAULA, 2006:15).

O modelo desenvolvimentista proposto pelo Estado acarretava na diminuição da oferta de trabalho rural, em contrapartida a um aumento de empregos temporários. O que originou incessantes conflitos a cerca de posses de terras, que o próprio Estado intervia através da SUDENE, embora o objetivo fosse superar um desequilíbrio socioeconômico; “beneficiou os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais. A estrutura fundiária agravou a situação de opressão e ‘escravidão’ dos trabalhadores do campo”. (PAULA, 2006:16).

A partir da década de 1970 com a incrementação da industrialização e a modernização agrícola, houve um crescente aumento na população urbana; intensificando ainda mais a atividade econômica da época, pecuária. As políticas públicas desenvolvidas pelas agências de Estado foram eficazes em desarticular um modo de organização socioeconômica e desagregar, mas não apagar, as “diversas culturas constituintes da realidade regional, mas não tiveram a eficácia para conter as diversidades de racionalidades e de modos de vida que fluem pelas margens como liminaridades da identidade regional”. (COSTA, 2008).

Sobre o conceito e as características dos conflitos ambientais, Zhou e Laschefski (2010) assinalam que os conflitos revelam em geral, modos diferenciados de existência que colocam em questão o conceito de desenvolvimento, e expressam a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade capitalista.

Acsehrad (2004) considera que os conflitos ambientais são constituídos a partir de quatro dimensões: a apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade, que seria a base material necessária à continuidade de determinadas formas sociais de existência; e interatividade que se constitui na ação cruzada de uma prática espacial sobre outra. Essas dimensões são essenciais para apreender a dinâmica conflitiva própria aos diferentes modelos de desenvolvimento.

Neste choque de concepções diferenciadas, surgem os conflitos ambientais, que ocorrem diretamente entre “grupos hegemônicos da sociedade urbano-industrial-capitalista e os grupos chamados tradicionais” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 23). Os primeiros, imersos no progresso tecnológico, dependentes de equipamentos (rodovias, portos, hidrelétricas, etc.), diferenciam-se dos segundos, cuja relação com o espaço depende basicamente das características ecológicas que o meio ambiente apresenta, sendo essa relação à garantia da reprodução sociocultural de modos de vida particulares, alheios ao anterior. Para estes grupos, a “subsistência estaria associada aos recursos do ambiente, por meio de relações mais diretas com os mesmos”.

De acordo com Brito (2012) o Norte de Minas não se trata de um território, mas de territórios construídos por várias comunidades, cada uma com suas especificidades, e com suas semelhanças, atingidas diretamente no seu modo de vida. Um dos pontos semelhantes e de destaque da formação dos territórios geraizeiros é a forma diferenciada de propriedade que surge na maioria das comunidades, “a terra de solta”, propriedade de uso comum, onde se soltava o gado nas chapadas e onde também se praticava o extrativismo de frutas e frutos do Cerrado. As chapadas são as partes mais altas e planas, onde o Cerrado é pródigo, pasto natural, plantas medicinais, madeiras, frutos e frutas. É um componente estratégico para o modo de vida tradicional geraizeiro.

É nesse sentido que o conceito bourdiano de campo se mostra pertinente, pois permite destacar que as posições no espaço social configuram lugares enunciativos a partir dos quais as determinações ideológicas se inscrevem nos discursos que são produzidos e que produzem o próprio campo ambiental. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 448)

O Estado de Minas Gerais, bem como o Norte de Minas ocorrem processos de pressão e imposição que vem de um sistema “*de cima para baixo*” que perpassam anos da história regional, que hoje estão imbricados nos cenários atuais. Com o passar dos séculos, através de lutas e resistências para com o sistema dominante, os povos tradicionais norte-mineiros na busca e conquista dos seus direitos, travam embates de concepções diferenciadas principalmente nas questões ligadas a gestão, uso e acesso dos

recursos ambientais, mostrando que é possível conviver sem destruir, danificar ou degradar os recursos naturais.

Neste verdadeiro *campo de disputas*, para Bourdieu (2007) o espaço social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irredutível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura.

Desse modo, vimos que o território do Norte de Minas Gerais, é fortemente marcado pelos conflitos, relações de poder e dominação, pois como diz Dayrell (2012) os interesses que os povos tradicionais enfrentam agora não são somente os dos antigos latifúndios. São interesses que vem sendo encetados pelos grandes conglomerados econômicos, do capital agroindustrial e financeiro, da mineração, da siderurgia, que movem em órbita planetária, subjugando governos nacionais, estaduais e locais.

As populações tradicionais *Geraizeiras*⁵ construíram, ao longo da história, formas de apropriação e conhecimento do ambiente natural, por meio de intercâmbios ecológicos e socioculturais, constituindo estratégias de reprodução social, que envolve extrativismo vegetal e animal em áreas de uso comunal, dentre outras.

De acordo com Costa (2005) a lógica da ocupação dos terrenos pelos geraizeiros segue uma estratégia de multiusos das diferentes unidades da paisagem, explorando suas potencialidades, mas respeitando, também, os seus limites. A apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das vazantes para as culturas mais exigentes.

Assim buscamos neste trabalho compreender e analisar o uso e ocupação do solo na bacia do Rio Riachão como de processo de conflito ambientais e disputa que envolve o acesso e uso da água do rio entre comunidades rurais e produtores irrigantes que se mostra de forma desigual, compreendendo que os processos de conflitos ambientais são caracterizados como campo de forças e disputas entre os atores sociais envolvidos.

⁵ O signo identitário dos geraizeiros está vinculado àquela formação a que se denominam gerais, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados, com suas vastidões que dominam as paisagens do bioma Cerrado. O aspecto que os distingue é uma forma singular de apropriação da natureza regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos (Dayrell, 1998). Com o plantio de lavouras diversificadas em espécies e variedades essa população tradicional constrói seus sistemas de produção. Para que os mesmo garantam suas reproduções, os cerrados com seus tabuleiros, espigões e chapadas fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, por meio do extrativismo, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. Na percepção dos nativos, esse imenso gerais é recortado por pelo menos por quatro grandes unidades ecológicas: a chapada, os tabuleiros, os carrascos e as vazantes. (Costa, 2005)

Urge então compreender como se configuram os Conflitos Ambientais e as questões em disputa. Justifica-se a necessidade e a importância da atualização e verificação dos dados sobre os conflitos na região para que sejam elaboradas soluções pacíficas, principalmente com a participação da população, de entidades e organizações, nesse sentido, entendemos ser importante, discutir e analisar o uso e ocupação do solo na bacia do Rio Riachão, que acarretou e ainda acarretam processos de disputas e conflitos ambientais pelo uso e acesso à água na região.

Compreender os conflitos ambientais que se configuram na região do Norte de Minas Gerais, bem como os processos de lutas e resistências, em que atores sociais são envolvidos é de fundamental importância para compreendermos as conjunturas, configurações e reconfigurações do atual estágio de desenvolvimento regional imposto para as populações tradicionais.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O Estado de Minas Gerais possui um grande contraste em suas diversas regiões, tanto nas características sociais, econômicas, culturais, e principalmente naturais, isso se deve desde os princípios de sua colonização pelos bandeirantes que aqui passavam e se instalavam. A região do Norte de Minas é localizada em uma área de transição entre os biomas do cerrado, caatinga e da mata seca caracterizada na maioria das vezes pelo seu clima semiárido, formação bastante diversificada, conhecida principalmente pela cultura sertaneja e conhecimentos tradicionais.

De acordo com Ribeiro (1995) ao se referir ao Norte de Minas, enquanto “o Gerais”, adjetivação negativa ou extensão marginal das “Minas”, mostrou o que justificaria a semântica do termo que divide o Estado em dois: as “Minas” e os “Gerais”. Concepção que serviu como forma de descaracterizar toda uma ocupação anterior daquele espaço geográfico por outras sociedades e justificar a penetração civilizada sobre esse “vazio” humano (Ribeiro, 1995, p. 55).

Representação disseminada e reforçada através das narrativas dos cronistas coloniais, que vão de relatos e documentos do bandeirantismo às narrativas dos viajantes estrangeiros, consolidando uma literatura baseada na visão eurocêntrica de inferioridade racial do homem sertanejo como resultado do processo de mestiçagem operado na colonização e interiorizada pela intelectualidade brasileira no século XIX.

É uma região remetida à margem do processo civilizatório, relegada à sua condição de periferia com toda carga negativa que isso implica, ou seja, a porção pobre de Minas. O

que justificou e ainda justifica a intervenção do Estado através de projetos desenvolvimentistas e de colonização para a região.

Com o modelo de desenvolvimento rural do Norte de Minas intensificou-se o uso de mecanização e agroquímicos que por um lado provocou a “modernização do campo”, mas por outro implicou no empobrecimento dos agricultores familiares, na degradação dos recursos naturais e na manutenção da concentração fundiária (BARBOSA *et al*, 2006).

De acordo com o “Atlas Digital das Águas de Minas” (2010) a área possui um total de 1.130 km² e pertence à bacia do Rio Pacuí que é afluente do São Francisco pela margem direita. Nasce na Lagoa Tiririca, no município de Montes Claros, e se estende pelos municípios de Mirabela, Coração de Jesus e Brasília de Minas, percorrendo um trecho de 94 km, com vários afluentes. É subdividido em Alto, Médio e Baixo Riachão. (Ver Mapa 01). Ainda segundo o “Atlas Digital das Águas de Minas” o cultivo praticado pelos agricultores familiares exploram os terrenos férteis do leito do Rio, aproveitando-se das cheias e vazantes. Nessas terras, parcialmente alagáveis, as populações ribeirinhas de trabalhadores e agricultores fazem uso agrícola, pecuário e pesqueiro.

As explorações das famílias de trabalhadores e agricultores nas áreas do cerrado norte mineiro tem origem nas tradições “geraizeiras” que vivem nos “gerais”, utilizam técnicas artesanais de trabalho, da colheita dos frutos do cerrado como o pequi, a cagaita, criam gado a solta, praticam a agricultura familiar dentre outros pontos.

Já os grandes produtores, fazendeiros e irrigantes desenvolveram a agricultura irrigada, usando padrão tecnológico com a mecanização, corretivos para o solo, adubos químicos e agrotóxicos. De acordo com Afonso (2008) o vale do Riachão se caracteriza por uma ocupação antiga e tradicional fundada na agricultura diversificada e no extrativismo a partir das condições naturais das terras férteis, abundância de águas superficiais e de biodiversidade que permitiam a fartura de alimentos. Uma cultura sustentada no saber fazer, na oralidade e na sociabilidade em torno das relações de parentesco, das festas e rituais religiosos como a folia de Reis.

A paisagem do vale foi alterada a partir da década de 1970 com a chegada de empreendimentos industriais e agrícolas que se intensificaram nos últimos quarenta anos. A transformação das chapadas, áreas de cerrado utilizadas como solta de gado e extrativismo em monoculturas de eucalipto ou de capim contrastam com a ocupação das partes baixas do vale, que persistiu intensamente povoada por um mosaico de culturas

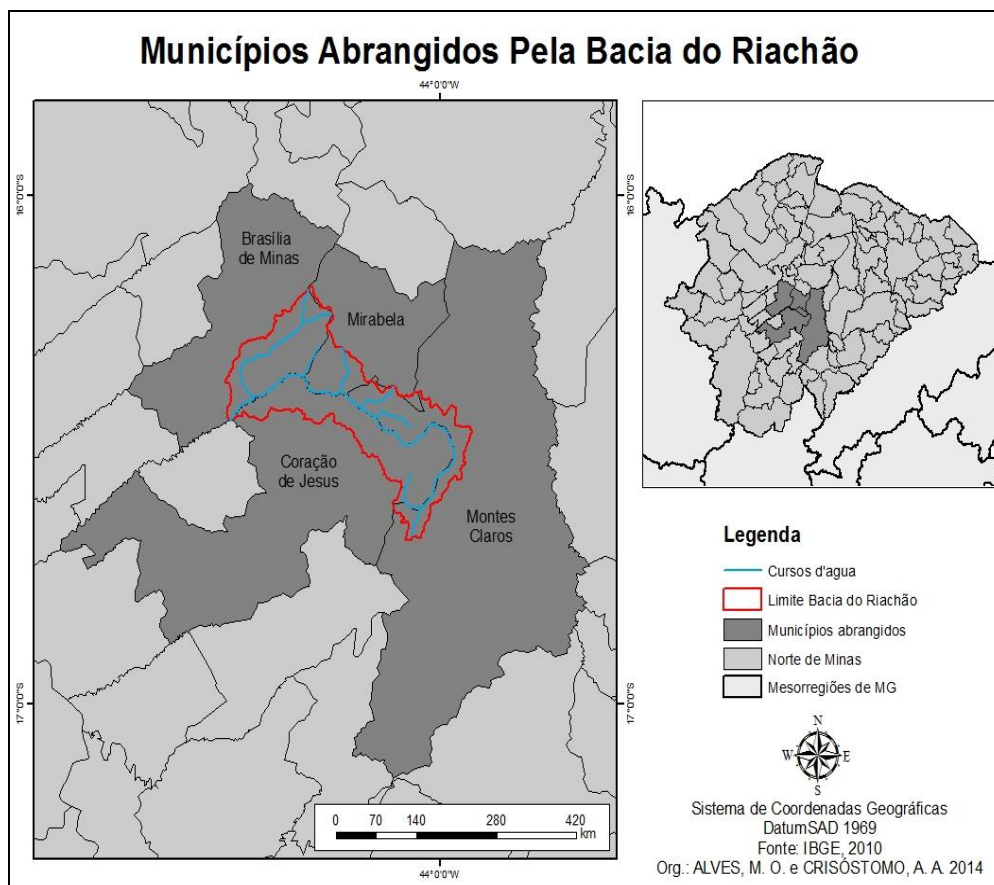
agrícolas distribuídas em roças e quintais. Estas alterações tiveram, como uma das consequências imediatas, o aumento significativo da escassez de água superficial, diretamente relacionada a três dinâmicas de degradação: o comprometimento das áreas de recarga pela implantação do maciço florestal de eucalipto; a demanda de água para irrigação acima da capacidade de recarga dos aquíferos; e o sobre pastejo dos terrenos pelo gado (CAA/NM, 2000). A partir da década de 1990 a população começou a viver diretamente os impactos.

Como discute Afonso (2008), essa sub-bacia é de fundamental importância regional, sendo responsável pela sobrevivência de centenas de produtores rurais. A riqueza hídrica da área foi o atrativo para as 2.291 famílias que vivem nas terras do entorno do Rio principal e seus afluentes para a prática da agricultura de excedente.

O Rio Riachão em específico foi palco de um grande modelo de Conflito Ambiental, onde pequenos produtores em algumas de suas reivindicações propunham a suspensão da implantação e fechamentos de pivôs de irrigação em grandes propriedades latifundiárias, pois já em determinadas épocas do ano, o rio secava, provocando a falta de água, gerando desabastecimento de água para muitas famílias de agricultores familiares que dependiam da água do rio para sobreviverem.

A gestão da bacia hidrográfica do Riachão se torna emblemática no Norte de Minas Gerais, haja vista que há um Conflito Ambiental instalado, que tem sua origem na forma desigual de uso da água. A água, enquanto bem público, deve ser distribuída igualmente para seus usuários, porém essa diretriz legal não está sendo praticada na bacia do Riachão. (AFONSO, 2008)

No Mapa 01, observamos os Municípios abrangidos pela Bacia do Rio Riachão e a Localização exata da Bacia Hidrográfica.



Mapa 01: Municípios abrangidos pela Bacia do Rio Riachão.

Deve-se salientar que, o potencial hídrico do Riachão, sobretudo, nas suas cabeceiras, vem sendo comprometido desde 1960, com o desmatamento das suas matas ciliares para a produção de carvão, realidade que acarreta em demasia o assoreamento do Riachão e de seus afluentes, a utilização incorreta de agrotóxicos, a monocultura de eucalipto, e a irrigação por pivô central também são fatores que atuam no comprometimento do potencial hídrico da bacia do Riachão. (AFONSO e PEREIRA, 2005).

É possível considerar que o Conflito Ambiental do Rio Riachão é caracterizado principalmente pela forma desigual de apropriação da Água, bem como suas mais variadas formas de utilização, torna-se visível o choque e embate entre formas de apropriação ambiental e projetos distintos onde a produção de carvão, a utilização incorreta de agrotóxicos, a monocultura de eucalipto, e a irrigação por pivôs se tornaram fatores que comprometeram o potencial hídrico da bacia do Riachão, fazendo por diversas vezes o rio secar, e comunidades inteiras ficassem sem água para beber, para utilizar em suas pequenas irrigações e dessedentar os animais.

Este assume configurações atuais diferenciadas. Assim, o conflito ambiental decorre do confronto entre lógicas e projetos opostos de uso e apropriação dos recursos ambientais do Rio Riachão.

Nas imagens 01 e 02 abaixo, coletadas durante realização de trabalho de campo no ano de 2013, observamos o Rio Riachão em seus tempos mais atuais, no percurso entre a Comunidade Rural de Riacho D'antas no município de Montes Claros, neste trecho do rio, chama à atenção a preservação da sua mata ciliar.



Imagem 01: Rio Riachão; Comunidade Rural de Riacho D'antas / Montes Claros;
Autor: CRISÓSTOMO A.A. out./2013.



Imagem 02: Moradores Ribeirinhos da Comunidade Rural de Riacho D'antas / Montes Claros;
Autor: CRISÓSTOMO A.A. out./2013.

A Comunidade Rural de Riachão D'antas fica situada no município de Montes Claros entre outros dois municípios, Coração de Jesus e Mirabela, está na bacia hidrográfica do Riachão e abrange uma área de cerca de 100 km de extensão da nascente a foz (Leste-Oeste) e 50 km de extensão no sentido Norte-Sul, seus moradores se constituem de famílias de Trabalhadores Rurais e Agricultores que vivem da produção de suas terras no regime da agricultura familiar, em lavouras de milho, feijão, abóbora mais principalmente da produção de cana de açúcar para a fabricação de rapadura, a área é bem diversificada, plantam mais para o consumo da família e o excedente é vendido para complementação da renda, criam uma pequena quantidade de gado, e outros animais como galinhas e porcos.

Na região da comunidade, os moradores cercaram e preservaram uma área de 0,5 hectares de mata ciliar em torno do Rio.

MATERIAIS E MÉTODOS

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos do presente trabalho, foi utilizado o método de pesquisa qualitativo. Para tanto, foram realizados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental com levantamento de informações em relatórios e registros impressos de instituições, organizações não governamentais, Ministério Público, além de outras fontes como, teses, dissertações, monografias, papers publicados sobre os temas da pesquisa, artigos científicos, documentos eletrônicos, leitura de livros sobre o tema.

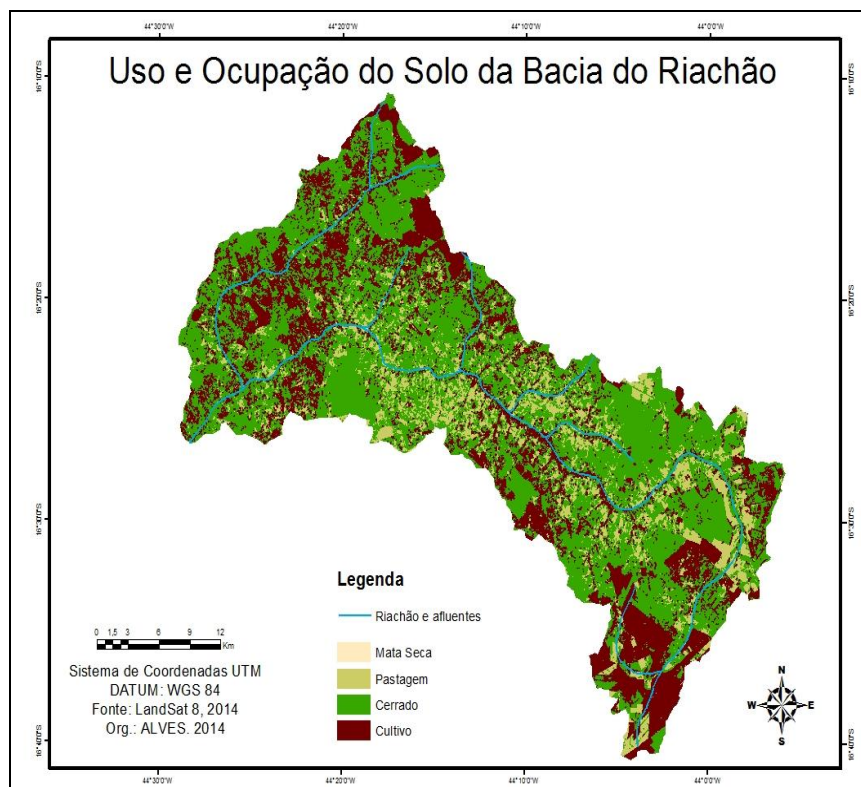
Também foram utilizadas técnicas dos Grupos de Pesquisa: Gesta/UFMG e NIISA/UNIMONTES do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, um banco de dados de amplo acesso e consulta georreferenciado elaborado com as informações coletadas a respeito dos 541 casos inicialmente selecionados de conflitos ambientais ocorridos em Minas Gerais entre os anos de 2000 e 2010. O portal é constituído por fichas técnicas com a descrição dos casos de conflito ambiental, material audiovisual, textos analíticos e outras informações acessadas a partir da interação com o Mapa. Para confecção dos mapas foram utilizadas técnicas de Sensoriamento Remoto e de Sistema de Informação Geográfica (SIG). De acordo com Meneses e Almeida (2012) o termo Sensoriamento Remoto foi criado para designar o desenvolvimento dessa nova tecnologia de instrumentos capaz de obterem imagens da superfície terrestre a distâncias remotas. Por isso, sua definição mais conhecida ou clássica é: Sensoriamento remoto é uma técnica de obtenção de imagens dos objetos da superfície terrestre sem que haja um

contato físico de qualquer espécie entre o sensor e o objeto. Assim, a utilização dessa técnica possibilitou o estudo dos impactos causados pela ação antrópica, principalmente nas imediações do rio principal, através da análise do uso e ocupação do solo da bacia do Riachão.

Na elaboração do mapa de uso e ocupação do solo da bacia em estudo, utilizou-se imagens obtidas no sítio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Tais imagens foram geradas pelo sensor TM do Satélite *LandSat 5*, que se caracteriza por apresentar resolução espacial de 30 metros e espectro de 7 bandas. Foram utilizadas as bandas 3 na cor verde, 4 na cor vermelha e 5 na cor azul para a composição de bandas coloridas. Para a delimitação da bacia do Riachão foi utilizada a carta SRTM SE-23-X-A disponível na página da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. Todos os dados foram processados no software *ArcGis Map 10.2*. Para classificação da bacia foram criadas 4 classes que caracterizam o uso e ocupação do solo: mata seca, pastagem, serrado e cultivo.

Também foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, o que facilitou a elaboração dos mapas de localização da Região Norte de Minas Gerais e dos municípios abrangidos pela Bacia do Riachão, através das técnicas de SIG. Deve-se enfatizar que a utilização de geotecnologias possibilita uma leitura espacial mais precisa e com menor demanda de tempo para a realização de pesquisas científicas, principalmente as de cunho ambiental.

No Mapa 02, podemos observar as atuais características da Bacia do Rio Riachão. De acordo com o mapa 02, embora o bioma predominante seja o cerrado, também podem ser encontrados resquícios de mata seca na área em estudo. O mesmo mapa também evidencia a ação antrópica na bacia em questão, principalmente nas proximidades do rio principal, o Riachão, com a prática mais intensa do cultivo de eucalipto para produção de madeira e de pastagens para alimentação de ruminantes.



Mapa 02: Uso e Ocupação do Solo da Bacia do Rio Riachão.

No gráfico 01 podemos observar a área em km² ocupada por cada classe de uso do solo classificada no mapa 03.

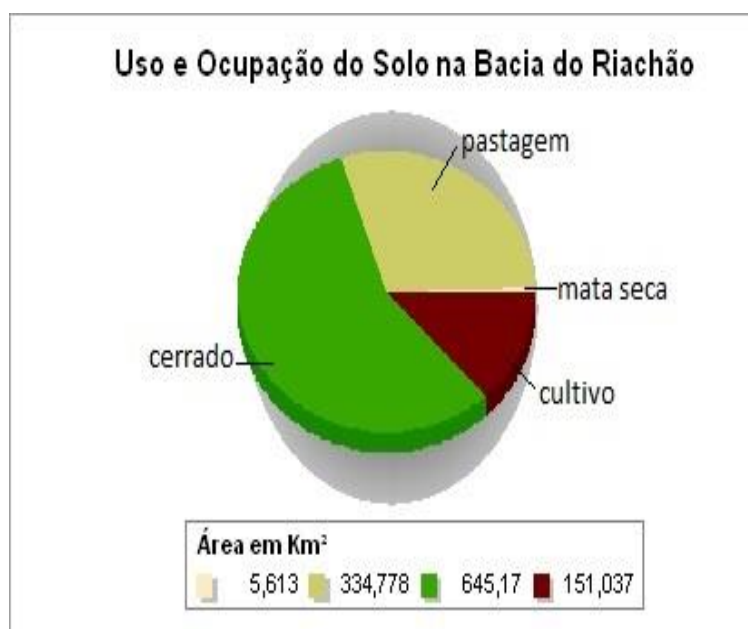


Gráfico 01: Uso e ocupação do solo na Bacia do Riachão em Km²
Org.: ALVES, M. O.;2015.

O gráfico mostra que a maior parte da área da bacia está coberta pelo cerrado, que equivale a aproximadamente 645 km². Contudo, muito desse bioma já foi devastado para o plantio de pastagens, que já ocupa um total próximo de 335 km² da área total da bacia. Outra parte considerável da área, em torno de 151 km², está sendo utilizada para o cultivo, principalmente de eucalipto na parte mais alta, próximo à nascente do rio principal. A mata seca também aparece, embora com pouca expressividade (5 km², aproximadamente).

Dessa forma, observamos que o uso do solo na Bacia do Riachão é intenso, com forte presença da ação antrópica, principalmente nas proximidades do rio principal, o Riachão. Fato que pode contribuir para o agravamento das questões ambientais da área, dado o intenso desmatamento da vegetação natural para o plantio de eucalipto e para a prática da pecuária extensiva. Através das pesquisas realizadas observamos ainda outros desdobramentos do conflito e configurações atuais, dentre essas destacamos que os processos de irrigação na cabeceira do Rio que de certa forma ainda continua sendo, mesmo em uma vazão menor, a exploração das águas para irrigação de lavouras.

Outra configuração atual é sobre o crescimento e desenvolvimento em grande escala de chacreamentos, com a construção de sítios e chácaras, tornando uma preocupação para os agricultores ribeirinhos, pois com esse crescimento, está ocorrendo o aumento da população na comunidade, aumento do consumo de água, construções muito próximas do leito do Riachão, trazendo uma série de consequências para o rio, como despejo da rede de esgoto em seu leito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho considerando pontos importantes para entendermos este conflito ambiental. Vimos, em primeiro momento, todo o processo de surgimento dos conflitos ambientais, seus principais conceitos e características, para isso recorremos aos principais autores para nos ajudar com a teoria a entender esses processos, vimos que os conflitos emergem em grandes situações, no choque de ideias e concepções diferenciadas sobre a utilização, acesso, e gestão dos recursos naturais. Enfocamos um olhar de maior atenção nos conflitos ambientais da região Norte de Minas Gerais, para isso vimos, como eles se configuram e se estabelecem na região, uma região diferenciada pelos seus povos, costumes e suas diversas tradições, entrando cada vez mais em choque com um sistema desenvolvimentista.

De acordo com todos os dados coletados, através de leituras, informações, análises e estudos, observamos que foram mais de dez anos de muitas lutas, resistências, articulações, envolvimento e engajamentos por parte dos agricultores e trabalhadores rurais, com os movimentos sociais, sindicatos, órgãos, organizações e instituições da sociedade em geral, para que chegasse ao fim depois de anos de ações, mandatos e outorgas judiciais, reuniões, estudos e pesquisas, para que se comprovasse o que muitos agricultores e pesquisadores já sabiam, que um dos recursos naturais mais importantes, a ÁGUA não é infinito, como muitos pensavam e pensam, ao contrário está cada vez mais escassa, e que não apenas um ou um grupo da minoria tem o direito de usufruir deste recurso, mas a todos como um todo, ricos, pobres, fazendeiros, trabalhadores rurais etc. Todos têm o mesmo direito de uso e acesso, só que infelizmente isso não acontece, é a partir de então que surgem os chamados conflitos ambientais.

Nas últimas décadas, vimos crescer a cada dia, as mais variadas formas de explorações dos recursos naturais, que se caracterizam como os setores primários da economia, esses recursos são os que alimentam os setores industriais e que estão consumindo cada vez mais os recursos naturais. Regiões como o Norte de Minas Gerais, caracterizada desde seus períodos de colonização por muitas vezes pelos seus problemas de infraestruturas e de “desenvolvimento” são a porta de entrada para os setores industriais.

Quando esses setores se instalam nessas regiões, encontram aqui, não um território vazio, ao contrário, mais sim uma diversidade de povos, saberes e culturas tradicionais muito antigas. E esses povos que nessas regiões se encontram lutam e resistem para a preservação de seus modos de vida, seus costumes e tradições. Estes povos têm seus direitos garantidos pelas leis ambientais só que muitas vezes não são cumpridas, estes acionam meios para que essas leis sejam garantidas, com o apoio de ONGs e movimentos sociais pressionando órgãos judiciários e estados para cumprimentos dessas leis, novamente são nessas questões em que os conflitos ambientais passam a existir.

Está neste aspecto a extrema importância de pesquisas, estudos e trabalhos científicos ligados e relacionados a esses temas, que busque conhecimentos e respostas a cerca das compreensões dos conflitos ambientais.

Com a realização deste trabalho, pode-se perceber que não há exatamente uma conclusão e encerramento do conflito ambiental do Rio Riachão, mas apresentam-se desdobramentos de novos fatos, podemos concluir com a realização desta pesquisa, na articulação concreta entre a teoria e o exercício da prática que os conflitos ambientais

não acabam ou terminam, eles simplesmente se configuram, se apresentam e se expressam por novas formas e conjunturas, principalmente nas estratégias de promoção ao desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.

AFONSO, Priscilla Caires Santana; Gestão e disputa pela água na sub-bacia do Riachão, Montes Claros/MG. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. 2008. Disponível em: [www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/.../Priscilla Caires Santana Afonso.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/.../Priscilla_Caires_Santana_Afonso.pdf); Acesso em: 10/12/2014.

ATLAS, Digital das Águas de Minas; uma ferramenta para o planejamento e gestão dos recursos hídricos. Coordenação técnica, direção e roteirização Humberto Paulo Euclides. 2. ed. Belo Horizonte: rural minas; Viçosa, MG: UFV. ; Disponível em: http://www.atlasdasaguas.ufv.br/alto_e_medio_sao_francisco/impacto_ambiental_relevante_na_sub_bacia_do_rio_riachao_norte_de_minas_gerais.html; Acesso em: 28/11/14.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Espaço Social e poder Simbólico. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de; Ecologismo dos Gerais: Conflitos Socioambientais e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas Gerais; Tese de Doutorado; Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável; Brasília – DF, Fevereiro de 2013.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS - (CAANM). Riachão, Dimensão Ambiental: a sustentabilidade em discussão. In: Revista Verde Grande. Montes Claros, MG: Unimontes/SEMMA. v.1 (1), 2005. p. 44-51.

COSTA, João Batista de Almeida; Cultura, Natureza e Populações Tradicionais. Revista Verde Grande. Montes Claros: Editora da Unimontes, v. 03, n. 3, 2005, p. 37-64.

DAYRELL, Carlos Alberto. O Semiárido Mineiro e a Movimentação dos Povos do Lugar na Luta pela convivência como os Potenciais Culturais e Ecológicos do Sertão Mineiro. Disponível em: http://www.oitavoenconasa.org.br/oitavoenconasa/attachments/article/159/O_semiarido_mineiro_Carlos_Dayrell.pdf; Acesso em: 20/04/2014.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS; Disponível em; conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br; Acesso em: 10/12/2014.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A região mineira do Nordeste – Grande Sertão. Trabalho apresentado no XVIII Nacional de Geografia Agrária – Rio de Janeiro – 06 a 09 de Novembro de 2006.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos Ambientais; Texto inspirado na Introdução do livro Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34; disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>; Acesso em: 27/03/2014.